Ata da 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 10/12/2021

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	***Nome***
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Maria das Graças Martini
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
BIOSS	Sidney José da Rosa
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
FIESP	
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Jussara Cordeiro Santos
CREA/MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IPSA-C	
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
	Maria Rodrigues Cabral
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary International - D4621	Rolando Piaia Júnior
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
P.M. de Camanducaia	Saulo Tarsis Paiva Vieira
P.M. de Cordeirópolis	Joaquim Dutra Furtado Filho
P.M. de Corumbataí	Lucilene de Aquino Siqueira
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
P.M. de Jundiaí	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Ipeúna	Márcio Antônio Gomes Ramos
P.M. de Iracemápolis	Jacintho Franco de Campos
P.M. de Itatiba	Thomas Antônio Capeletto de Oliveira (p/p Márcio Megda)
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Júnior
P.M. de Itupeva	Jair Gomes de Souza
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracaia	Stela Dalva Sorgon
P.M. de Santo Antônio de Posse	João Leandro Lolli (p/p Silvia Andreia Mazan Canezella)
P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira Montebello
P.M. de Salto	Laerte Sonsin Junior
	Ernivan Fernandes Balieiro
P.M. de São Pedro	Giovane Henrique Genezelli
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Valinhos	Lucimara Godoy Vilas Boas (p/p Ivair Nunes Pereira)
SAAESP	Giovane Henrique Genezelli
SABESP	Maurício Polezi
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Henrique Belinasso
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro
	Caroline Túbero Bacchin
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH/MDR)	Roseli dos Santos Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Salto	José Ricardo Meirelles de Siqueira
UNICA	André Elia Neto

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	***Nome***
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior
IEF	Raquel Junqueira Costa
P.M. de Itupeva	Marco Antonio Marchi

Ao décimo dia do mês de dezembro de 2021, por meio de videoconferência, foi realizada a 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 134 (cento e trinta e quatro) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários - Presentes" apresentada acima e do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 19/11/2021. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Gabriel Gualda, estagiário da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou as orientações para conduta das reuniões por videoconferência e informou que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. André passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, e ao Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Vice-presidente do CBH-PCJ, que cumprimentaram e desejaram um excelente trabalho a todos. Na sequência, o Sr. André apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade. Informou que devido a extensão da pauta o item "Informes" será realizado ao final da reunião. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Assuntos a deliberar. 2.1 Aprovação das atas da 23ª e 24ª Reuniões Extraordinárias dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizadas em 07/10/2021, por videoconferência.** O Sr. André Luiz

Ata da 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 10/12/2021

Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura das minutas de atas da 23ª e 24ª Reuniões Extraordinárias dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizadas em 07/10/2021, por videoconferência. As leituras foram dispensadas por unanimidade, o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre os conteúdos. Não havendo manifestações, os conteúdos das minutas foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade. **2.2 Referendo de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. O Sr. André informou que foram emitidas cinco deliberações *ad referendum* que demandam referendo dos plenários, uma referente a alteração de valor de empreendimento, e outras quatro referentes a editais de distribuição de recursos financeiros específicos que foram elaborados com base na Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025. Na sequência, passou ao detalhamento das deliberações *ad referendum* a serem referendadas: **a) Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 380/21, de 12/11/2021:** O Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 380/21, de 12/11/2021 define o cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Saneamento e Controle de Perdas Hídricas", visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências; **b) Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021:** O Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021 define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Saneamento Rural", visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências; **c) Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 382/21, de 12/11/2021:** O Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 382/21, de 12/11/2021 define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ - Cobranças PCJ Paulista, no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento de 2022 e dá outras providências; **d) Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 383/21, de 12/11/2021:** O Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 383/21, de 12/11/2021 define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento do exercício de 2022 e dá outras providências; e **e) Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 384/21, de 12/11/2021:** O Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 384/21, de 12/11/2021 altera valor indicado no item 6, do Quadro I, do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 378/21, de 07/10/2021, referente ao empreendimento "Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Artur Nogueira/SP". **f) Aprovação da minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre os conteúdos das deliberações *ad referendum*, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr. André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 385/21, de 10/12/2021, que referenda os atos dos presidentes dos Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.3. Apreciação de minuta de deliberação que cancela a indicação do empreendimento "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ", financiado com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício 2021 – tomador: Fundação Agência das Bacias PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o empreendimento indicado "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ" foi indicado para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista, em razão do limite orçamentário previsto com recursos advindos da Cobrança PCJ Federal para os anos de 2021-2023. Entretanto, devido aos recentes ajustes no orçamento da Cobrança PCJ Federal possibilitou a continuidade do projeto em

execução ser financiado pela fonte federal, acarretando a possibilidade de cancelamento de recebimento dos recursos da Cobrança PCJ Paulista. O Sr. André informou ainda que essa é uma ação cautelar de manutenção de recursos financeiros e que o valor referente ao cancelamento do empreendimento será disponibilizado para o financiamento de outras ações. Em seguida, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 386/21, de 10/12/2021, que cancela indicação de empreendimento cujo tomador é a Fundação Agência das Bacias PCJ, financiado com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, denominado "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ", e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.4. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - POA-PCJ, para o exercício de 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), instrumento orçamentário, vinculado ao PAP-PCJ 2021-2025, contendo o detalhamento das ações a serem executadas tanto com recursos de investimentos quanto de custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Aline Santi, Analista Técnica da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que realizou uma breve apresentação detalhando as ações a serem executadas e a distribuição dos recursos financeiros para o exercício de 2022. A Sra. Aline informou que conforme solicitação feita na 10º Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 12/11/2021, por videoconferência, foi inserida uma coluna adicional na planilha do anexo, discriminando as contratações realizadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ e o chamamento público de projetos. Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes. A Sra. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional (SNSH/MDR) e 3ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que questionou quanto aos recursos e os programas previstos no POA-PCJ para o exercício 2022. O Sr. André explicou que nem todos os programas previstos no POA-PCJ para o exercício 2022 estão em andamento, porém estão indicados para contratação pela Fundação Agência das Bacias PCJ em 2022. A Sra. Aline complementou informando que os recursos e programas previstos no POA-PCJ para o exercício 2022 são interligados com as ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2021-2025) e no Plano de Bacias PCJ 2020-2035, além das orientações estabelecidas no Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que devido aos cenários de estiagem e baixa disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, e, como alternativa para a manutenção do suprimento hídrico da região, o Governo do Estado de São Paulo, através do Programa "Água é Vida" anunciou o investimento de R$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) para a construção de uma barragem na Bacia do Rio Corumbataí. O pedido foi realizado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba em conjunto com o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) para que a Fundação Agência de Bacias PCJ requisitasse o investimento necessário para a elaboração de projeto básico preliminar para a futura execução da barragem na Bacia do Rio Corumbataí. Conforme o Art. 2º da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ n° 387/21, de 10/12/2021, apresenta que "havendo recursos financeiros disponíveis, relativos a saldos ou superávits da Cobrança PCJ Federal, referentes aos exercícios anteriores, o POA-PCJ do exercício 2022 poderá ser atualizado". O Sr. Sérgio comunicou que está prevista para ocorrer, em 14/01/2022, por videoconferência, a 56ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL) para discussão e aprovação da inclusão de ação no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021 a 2035 (PAP-PCJ 2021-2025) e no Plano de Execução Orçamentário Anual (POA-PCJ), exercício 2022, referente a elaboração de projeto básico da barragem na Bacia do Rio Corumbataí. Em seguida e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/21, de 10/12/2021, que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – POA-PCJ para o exercício 2022 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ celebraram o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, em 21/12/2020, com a interveniência dos Comitês PCJ, para o exercício das funções de Agência de Água nas Bacias PCJ e que o Programa de Trabalho do contrato de gestão trata dos indicadores e metas a serem atendidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ, no período 2021 a 2025. O Indicador 3, do Programa de Trabalho, se refere ao "Índice de Execução

Física de Ações Priorizadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas", cuja meta para 2021 é a organização de matriz para o acompanhamento da execução física de ações do PAP-PCJ 2021-2025 priorizadas pelos Comitês PCJ. Explanou que referente ao Indicador 3 do Contrato de Gestão ANA nº 033/2020/ANA, os Comitês PCJ e a Fundação Agência das Bacias PCJ, fizeram a seleção de 4 ações, conforme apresentadas na matriz de acompanhamento da execução física, de acordo com o priorizado no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e em consonância com o PAP-PCJ 2021-2025. As 4 (quatro) ações priorizadas se enquadram na Finalidade 2 da Agenda Setorial e no Programa I – Recuperação da Qualidade da Água, do PAP-PCJ 2021-2025, que tem como objetivo avaliar o índice de execução física das ações. Posteriormente, a Sra. Kátia detalhou as ações, sendo: (i) Ação A - Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari, demonstrando a descrição do projeto, a fonte de recursos e o cronograma de execução com as respectivas metas a serem desenvolvidas durante o quadriênio 2022-2025; (ii) Ação B - Elaboração de Projeto Executivo do Barramento do Ribeirão Campestre no município de Camanducaia/MG; (iii) Ação C - Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município Camanducaia/MG; e (iv) Ação D - Elaboração de Projeto Executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Toledo/MG. Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 388/21, de 10/12/2021, que aprova matriz contendo ações priorizadas do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ, referente aos exercícios de 2022 a 2025, para o respectivo acompanhamento da execução física das ações visando ao atendimento de metas do Indicador 3 do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2021 -Ano Base 2020" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (ano base 2020) dos colegiados paulistas deveria ter sido aprovado até 30/06/2021. Porém, em razão do atraso na disponibilização dos dados pelos órgãos responsáveis e devido aos impactos provocados pela pandemia de COVID-19, não foi possível a elaboração do relatório em tempo hábil. Desse modo, através do Ofício da Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) nº 53/2021, definiu 15/12/2021 como data limite para a aprovação dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (ano base 2020). Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2021 (ano base 2020), sendo: a) a metodologia utilizada para a elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos (RSRH) apresentada na Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH-SP) nº 146/12, de 11/12/2012, sendo os dados cedidos pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (CRHi/SIMA-SP) e o RSRH contempla apenas a parcela paulista das Bacias PCJ; b) conforme previsto na Lei Estadual Paulista nº 7.663/91, de 30/12/1991, o RSRH é um instrumento de avaliação da eficácia do Plano de Recursos Hídricos; c) sobre a síntese da situação dos recursos hídricos na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 05 (UGRHI-05), se destacam a criticidade da disponibilidade hídrica (951,57 m3/hab.ano), a alta demanda de vazão outorgada para abastecimento público, incluindo a outorga da transposição do Sistema Cantareira (33 m^3/s), o crescimento na demanda de vazão outorgada para o meio rural e outros usos, a criticidade no balanço entre a vazão total e a vazão média outorgada, e a criticidade na vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis. A abordagem e a orientação para a gestão foram: a) o RSRH deverá acompanhar a implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035; b) estratégia direcionada a execução; c) foco nas ações a curto prazo; d) ações em discussão ou implementação nas Câmaras Técnicas; e e) abordagem vinculadas às ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, focadas no Plano de Ação e Programa de Investimentos PA/PI-PCJ 2020-2023. A abordagem e a orientação para a gestão referente a disponibilidade, demanda e balanço foram: a) gerar informações que subsidiem a tomada de decisão da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) na operação do Sistema Cantareira, principalmente no período de estiagem; b) incentivar discussões sobre medidas de adaptação a cenários que considerem a mudança do clima; c) incentivar discussões envolvendo estudos sobre alocação de água e avaliar a promoção de reuso planejado dos recursos hídricos; d) investir na manutenção de sistemas para monitoramento em tempo real dos recursos hídricos; e) acompanhar discussões referentes à implementação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Piraí; f) incentivar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) para ampliar o monitoramento hidrológico; e g) acompanhar a implementação do Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ. A abordagem e a orientação para a gestão referente ao abastecimento foram: a) promover a revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, visando o

atendimento das metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ, quando necessário; b) fomentar a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural, nos quais constem estratégias para atendimento da população rural dispersa; c) incentivar discussões entre os atores com vistas a melhoria do desempenho dos municípios que se encontrem em patamar considerado "Ruim" ou "Regular" na distribuição de água; d) estimular ações de redução e manutenção das perdas nos sistemas de distribuição de água, conforme priorização constante no Plano das Bacias PCJ 2020-2035; e) promover a revisão dos planos municipais de perdas, alinhando suas metas às do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 quando necessário; f) incentivar o desenvolvimento de Planos de Segurança da Água; e g) realizar ações de educação para a gestão de recursos hídricos envolvendo a temática de abastecimento público. A abordagem e a orientação para a gestão referente ao esgotamento sanitário foram: a) fomentar estudos e projetos relacionados à melhorias nos sistemas de tratamento existentes; b) promover a revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, de forma que todos os municípios se enquadrem às exigências legais para a questão e assegurar que as suas metas estejam vinculadas às metas do Plano das Bacias PCJ, quando necessário; c) incentivar, nos Planos Municipais de Saneamento Básico, proposição de meios para atendimento da população rural dispersa; d) incentivar o diálogo entre municípios e outros atores envolvidos na temática para a busca de soluções integradas de tratamento de esgoto, divulgando prioridades e metas do Plano das Bacias PCJ; e) fomentar e incentivar a capacitação de operadores de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE); f) fomentar estudos complementares sobre o atendimento ao enquadramento em locais priorizados para tratamento terciário; e g) realizar ações de educação para a gestão de recursos hídricos envolvendo a temática de esgotamento sanitário. Em relação às adequações no Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI (síntese das adequações), foram: a) recursos realocados entre ações (não houve inscritos no edital); b) recursos redistribuídos - Planos de Macrodrenagem nas Bacias PCJ em elaboração, subsidiar os planos municipais; c) recursos transferidos para 2022 - "Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos CBHs da Bacia do Rio Tietê"; d) recursos postergados para 2022 e 2023 (ações não avançaram em 2021); e) a Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SECOFEHIDRO) atualizou saldos e valores para indicações de empreendimentos (fonte Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos - CFURH); e f) ampliação de recursos financeiros em determinadas ações diante das realocações efetuadas. O Sr. André informou que o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (ano base 2020) foi discutido e apreciado na 10ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 12/11/2021, por videoconferência. Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 389/21, de 10/12/2021, que aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2021 - ano base 2020" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020-2023 aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/21, de 07/10/2021, que é o instrumento que explicita como será a aplicação dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Informou que o encaminhamento do recurso financeiro é advindo do cancelamento da indicação do empreendimento "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ", financiado inicialmente com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício 2021 – tomador: Fundação Agência das Bacias PCJ, foi discutido entre os representantes da Fundação Agência das Bacias PCJ e da Secretária Executiva dos Comitês PCJ, que em conjunto optaram por uma proposta de realocação de recuso ser aplicado em ações de controle de perdas hídricas em 2022, conforme detalhado na minuta de deliberação e considerando o cenário de estiagem severa que vem enfrentado as Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Aline Santi, Analista Técnica da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que em função das atualizações dos novos Programas de Duração Continuada (PDCs), os recursos financeiros foram realocados de 2021 para 2022 foram inseridos no item PDC 5 - 5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento, referente ao valor de R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais). Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes, não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021, que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.8. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias PCJ, exercício 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de

Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre a minuta de deliberação em discussão e informou que o Plano de Trabalho e a proposta orçamentária anual da entidade para o exercício de 2022 foram anteriormente aprovados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, reunidos em 29/10/2021, no Museu da Água, em Piracicaba/SP e validadas na 83ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), ocorrida em 12/11/2021, por videoconferência. Informou ainda que a presente proposta já considera a atualização do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ e do Plano de Execução Orçamentária Anual – POA-PCJ, contempla o custeio administrativo, com salários e encargos dos colaboradores da Fundação Agência das Bacias PCJ e demais despesas decorrentes de suas atividades. Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 391/21, de 10/12/2021, que aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – exercício 2022 e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.9. Apreciação de minuta de deliberação que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ para o período 2022-2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o Plano de Trabalho contempla as 11 (onze) Câmaras Técnicas temáticas, com exceção da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e que o Plano de Trabalho foi dividido em 3 categorias, a saber: Categoria A - demandas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; Categoria B - ações temáticas para discussão entre as Câmaras Técnicas e a Categoria C – eventos. O Sr. André informou ainda que ao final do primeiro semestre de 2022 será aprovada uma nota técnica que especificará a regularização dos prazos e procedimentos para a realização e alteração de eventos no âmbito das Câmaras Técnicas. O Sr. André informou que o assunto em discussão foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2021, por videoconferência. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que solicitou a colaboração das coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para cumprirem o Plano de Trabalho ora apresentado, de forma a atender as metas dos indicadores do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, no âmbito da proposta do Planejamento Anual de Atividades (PAA) dos Comitês PCJ, conforme será explanado no Item 2.11 da presente reunião. Na sequência e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021, que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2022/2023 e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.10. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a referida minuta de deliberação aprova o orçamento das Câmaras Técnicas para o exercício 2022. Informou que o orçamento previsto para as Câmaras Técnicas atende ao previsto no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2021-2025) e Plano de Execução Orçamentária Anual para o exercício 2022 (POA-PCJ 2022), no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). O orçamento não contempla as atividades da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e que o orçamento está previsto o custeio de atividades presenciais somente no segundo semestre de 2022, não havendo previsão orçamentária para reuniões presenciais no primeiro semestre de 2022, tendo em vista o prolongamento das medidas de controle sanitário e distanciamento social para o controle da pandemia de COVID-19. O orçamento foi dividido em 3 grupos, a saber: Grupo I: despesas de viagens para os coordenadores, coordenadores-adjuntos e membros das Câmaras Técnicas; Grupo II: despesas com organização de reuniões das Câmaras Técnicas (coffee break e materiais gráficos); e Grupo III: orçamento para a organização dos eventos. Após as explicações, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação nº 393/21, 10/12/2021, que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o ano de 2022, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.11. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Planejamento Anual de Atividades - PAA dos Comitês PCJ para 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Planejamento Anual de Atividades (PAA) do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e de suas instâncias, conforme as diretrizes do planejamento estratégico e em conformidade com as orientações dos plenários e diretoria dos Comitês PCJ. O Planejamento Anual de

Atividades (PAA) e seu respectivo Relatório Anual de Atividades (RAA), que aferirá os resultados do PAA, inserem-se no âmbito do Indicador 1 do Contrato de Gestão mencionado, o qual diz respeito à aferição do número de eventos e de reuniões realizados pelos Comitês PCJ para o exercício de 2022 conforme planejamento. O Sr. André informou ainda que o resultado maior ou menor do número de eventos e reuniões planejado no período, indica que há falha no planejamento, à exceção da existência de situações excepcionais, como, por exemplo, de crise hídrica, devidamente justificadas e apreciadas pelos plenários. Desse modo, para obter a pontuação máxima da meta, a execução do número total de eventos e reuniões planejados deverá estar entre 90% (noventa por cento) e 110% (cento e dez por cento) do Planejamento Anual de Atividades (PAA). Para valores abaixo de 90% (noventa por cento) e acima de 110% (cento e dez por cento), seguirá uma pontuação decrescente para a meta. No Planejamento Anual de Atividades (PAA) existem 87 (oitenta e sete) eventos previstos no âmbito dos Comitês PCJ para o exercício de 2022, sendo permitida, conforme mencionado, variação limite de +/-10% (mais ou menos dez por cento) sem impacto negativo na pontuação para o atingimento da meta. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que complementou informando que não foram contabilizadas as reuniões extraordinárias e dos Grupos de Trabalho (GTs) das Câmaras Técnicas para o PAA/RAA. Após os esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos membros presentes e não havendo, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 394/21, de 10/12/2021, que aprova o Planejamento Anual de Atividades - PAA dos Comitês PCJ, para o ano de 2022, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.12. Apreciação de minuta de deliberação que altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, que "Define critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025".** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, definiu critérios gerais para a aplicação dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025, com operacionalização da Fundação Agência das Bacias PCJ, ditando as regras para a elaboração de editais visando a seleção de empreendimentos e tomadores de recursos, e aprovados por deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ, devendo ter prévia aprovação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). O Sr. André complementou, que para atendimento às orientações da Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (SECOFEHIDRO), houve a necessidade de alteração da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, estabelecendo que no caso de empreendimentos a serem financiados com recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal, a indicação de que trata o inciso V poderá ser realizada por deliberação *ad referendum* dos plenários, após aprovação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Após as explicações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos membros presentes e não havendo, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 395/21, de 10/12/2021, que acrescenta novo dispositivo ao Art. 2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, que "Define critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025, e dá outras providências", à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.13. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para a seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Controle de Perdas Hídricas".** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre a abertura dos editais para as temáticas de saneamento urbano, rural e controle de perdas hídricas. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a seleção de empreendimentos 2022-2023, informando que as temáticas dos editais e as ações financiáveis estão de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035 e o Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI-PCJ 2020-2023). Sobre os editais, a Sra. Lívia informou: a) o edital I - Saneamento e Controle de Perdas Hídricas, trata da elaboração e revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas e Elaboração de Projetos de Implantação de Tecnologias de Desinfecção de Efluentes Domésticos, aprovado pela Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 380/21, de 12/11/2021; b) o edital II – Saneamento Rural , trata dos Planos Municipais de Saneamento Rural, aprovado pela Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021; e c) o edital III - Controle de Perdas Hídricas, trata das obras, serviços e equipamentos visando o Controle de Perdas Hídricas em Sistemas de Abastecimento de Água. A Sra. Lívia informou ainda a

periodicidade para a inscrição do edital III, assim como o calendário geral e os valores financiáveis máximo e mínimo estabelecidos. Também explicou que existe uma lista de priorização dos municípios conforme estabelecido no Plano de Bacias PCJ 2020-2035. Após as explicações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos membros presentes, não havendo, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 396/21, de 10/12/2021, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Controle de Perdas Hídricas", visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos, referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.14. Apreciação de minuta de deliberação que indica áreas selecionadas conforme Deliberação dos Comitês PCJ nº 354/2021, no âmbito do Programa I da Política de Mananciais PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a presente minuta visa a aprovação dos resultados do Edital da Política de Mananciais PCJ 2021, advindo da Cobrança PCJ Federal. O Sr. André informou que inicialmente a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 354/21, de 05/03/2021, definiu cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para o Programa de Duração Continuada 4 – Proteção dos Corpos D'água, com recursos da Cobrança PCJ Federal, referente ao orçamento do PAP-PCJ 2021-2025. No que se refere à minuta de deliberação em discussão, o Sr. André apresentou os resultados da etapa de qualificação do Edital, exibindo os municípios classificados, a saber: Prefeitura Municipal de Rio Claro, Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes e Prefeitura Municipal de Ipeúna. Em seguida, o Sr. André abriu a palavra para as manifestações dos membros presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR), relatou que a área selecionada no presente edital contempla 2.000 (dois mil) hectares e que devido a importância e priorização do município de Rio Claro, para o próximo ano ocorrerá uma nova indicação de área do município. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 397/21, de 10/12/2021, que indica áreas no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ conforme listagem de priorização, para contratação com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025 - exercício 2021, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.15. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para a seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I da Política de Mananciais PCJ, com recursos da Cobrança PCJ Federal.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item de pauta se refere a minuta de deliberação que estabelece cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, com recursos da Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025, para indicação nos exercícios de 2022 a 2025. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Bruna Juliani, Analista Técnica da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre o edital de seleção de áreas que contempla Projetos Executivos baseados nos Projetos Integrais de Propriedade (PIPs) e Serviços de recuperação, priorizando os mananciais de interesse para abastecimento público, da Cobrança PCJ Federal e informou que os municípios (prefeituras) paulistas e mineiros, enquadrados na classe 5 e classe 4 de prioridade, conforme estabelecido no Plano de Bacias 2020-2035 poderão se inscrever no presente edital. Quanto ao edital, a Sra. Bruna informou, como segue: a) o objeto do edital é para elaboração de projeto integral de propriedades e as inscrições serão periódicas, entre o dia 10/01/2022 a 10/06/2025; b) será realizada até dia 10/06/2022, 09/06/2023, 10/06/2024 e 10/06/2025 a divulgação da relação dos municípios inscritos que farão parte da análise período e atualização da listagem geral de municípios contemplados c) a análise técnica pela Fundação Agência das Bacias PCJ, Câmara Técnica Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) – será realizada até o décimo quinto dia útil do mês de julho de cada ano; d) a divulgação dos resultados da pré-qualificação será realizada até dois dias úteis da conclusão das análises; e) o período para entrega de complementações da pré-qualificação será realizado em quinze dias corridos a contar da notificação/parecer da Fundação Agência das Bacias PCJ; f) a análise das complementações solicitadas na pré-qualificação será de quinze dias corridos a contar do prazo de entrega das complementações; g) a divulgação dos resultados será realizada em até dois dias úteis da conclusão das análises; h) o período de apresentação de recurso será realizado em até dois dias úteis após a divulgação dos resultados; e i) a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) irá analisar eventuais recursos, conforme agenda pré-estabelecida pelos Comitês PCJ ficando a emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira a ser

realizada em até sete dias corridos, após a data da reunião da CT-PL. Após as explicações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos presentes e relatou um questionamento realizado através do *chat* da plataforma de videoconferência pelo Sr. Joaquim Dutra Furtado Filho, Secretário Municipal de Meio Ambiente do município de Cordeirópolis, que questionou se a classificação dos municípios corresponde a todo o território das Bacias PCJ ou se há um mapeamento específico de bacias hidrográficas prioritárias e nesse caso, a Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí estaria classificada como priorização alta. O Sr. André explicou que para priorização das sub-bacias existem critérios definidos no Plano de Bacias PCJ 2020-2035 e no Plano Diretor para Recomposição Florestal das Bacias PCJ. Para a classificação estabelecida na referida Deliberação, realizou uma ponderação em relação ao número de áreas prioritárias em cada município. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR), que enfatizou a importância dos municípios em elaborar projetos, mesmo que não sejam priorizados no Programa I da Política de Mananciais, com recursos da cobrança. Existem outras fontes de financiamento para projetos municipais na área de recuperação e proteção de mananciais. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 397/21, de 10/12/2021, que indica áreas no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ conforme listagem de priorização, para contratação com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025 – exercício 2021, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.16. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Comunicação dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), foi definida como meta a Componente III – "Comunicação para promover o reconhecimento dos colegiados pela sociedade", a elaboração, até 2021, de um Plano de Comunicação (PCom) para o Comitê, de acordo com suas necessidades e peculiaridade. A minuta do Plano de Comunicação dos Comitês PCJ 2022-2025 foi elaborada pela Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ e foi apresentado durante a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho para Integração de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-Integração), realizada em 23/09/2021, para a avaliação das coordenações das câmaras técnicas e coleta de subsídios. Também foi apreciado na Câmara Técnica de Planejamento, em sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2021, por videoconferência. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Everton Campos Quiararia, Assessor de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que o PCom possui como diretrizes gerais, a saber: (i) metas previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035; (ii) o Plano Estratégico dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ; e (iii) metas estabelecidas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS). O PCom tem como objetivo a emancipação de canais próprios de comunicação, bem como a implantação de novas linhas editoriais e de tecnologias de comunicação voltadas para o ambiente digital. O PCom é instrumentado pela setorização nas Bacias PCJ frente às praças de comunicação, os investimentos previstos, pesquisa de opinião e reconhecimento da marca PCJ. Em seguida, o Sr. André abriu a palavra para as manifestações dos presentes. O Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), questionou sobre a permanência de várias terminologias utilizadas em língua inglesa no PCom, como *podcast, inbounding marketing, marketing on-line, whatsApp, site, mailing*. O Sr. Everton informou que, infelizmente, as terminologias adotadas não possuem tradução literal, pois são extraídas de termos americanos adotados globalmente. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) - DR Bragança Paulista, que questionou quanto ao resultado prático das ações do PCom e a relação da comunicação frente às entidades que levam a sigla PCJ e o público em geral. O Sr. André explanou que as ações de comunicação abordaram o conceito das entidades para o público geral, e exemplificou que no mês de setembro foi realizada uma coletiva de imprensa com espaço para identificação das entidades que levam a sigla PCJ (Comitês PCJ, Fundação Agência das Bacias PCJ, Consórcio PCJ, Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – GAEMA-PCJ, Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES-PCJ). Na sequência, o Sr. André relatou um questionamento realizado através do *chat* da reunião pelo Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR), que solicitou que fosse apresentado os resultados da pesquisa de opinião e reconhecimento da marca PCJ presente no PCom. Na sequência, o Sr. Everton contextualizou sobre a pesquisa de opinião e reconhecimento realizada em 76 (setenta e seis) municípios das Bacias PCJ e teve por finalidade

aferir o conhecimento da população sobre a sigla PCJ, o entendimento das pessoas sobre a existência e as realizações dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 399/21, de 10/12/2021, que aprova o Plano de Comunicação dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.17. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), foi definida como meta a Componente II - "Capacitação para o aperfeiçoamento da representação e da representatividade nos colegiados", a elaboração, até 2021, de um Plano de Capacitação (PCap) para o Comitê, de acordo com suas necessidades e peculiaridades. A minuta do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025 foi elaborada pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e apreciada pelo GT-Plano de Capacitação, criado no âmbito da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada em 17/08/2021 e pela Câmara Técnica de Planejamento, em sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2021, por videoconferência. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Douglas Brunelli, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre o PCap, destacando as diretrizes para a elaboração do PCap, a saber: (i) metas de capacitação estabelecidas pelo Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), que estabelece que os Planos de Capacitação dos CBHs deverão ser instituídos e aprovados até dezembro de 2021; (ii) temas de capacitação previstos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035; (iii) o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ; e (iv) a Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH) nº 248/21, de 18/02/2021, que estabelece como Indicador 2 - Capacitação. Destacou que o objetivo do referido PCap é estruturar ações de capacitação para os membros dos Comitês PCJ em diversas frentes, aprimorando a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 400/21, de 10/12/2021, que aprova o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.18. Apreciação de minuta de deliberação que institui a "Operação de Estiagem PCJ - 2022".** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a minuta de deliberação prorroga os trabalhos do Grupo de Trabalho (GT-Estiagem), no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), tendo em vista as condições hidrometeorológicas atualmente vivenciadas nas Bacias PCJ, que as chuvas vêm ocorrendo abaixo das médias históricas, com previsões de ocorrência de precipitações, nos próximos meses, também abaixo das médias e aumentando a possibilidade de ocorrência de baixas vazões nas calhas dos principais corpos d'água da região. Experiências anteriores constituem a base para a proposta atual, com os trabalhos da "Operação de Estiagem PCJ", implementada em 2014, 2015 e 2021, nos termos das Deliberações dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014, nº 222/15, de 27/03/2015 e Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 364/21, de 07/06/2021. Também, a avaliação realizada pelos membros do GT-Estiagem 2021, em sua 6ª Reunião, realizada em 18/10/2021, por videoconferência, ratificou a importância da continuidade dos trabalhos da "Operação de Estiagem PCJ" desde o início de 2022, com vistas a manter a mobilização diante e um possível agravamento da estiagem nas Bacias PCJ, no próximo ano. A "Operação de Estiagem PCJ - 2022" se constitui em um conjunto de ações para o planejamento e o enfrentamento, de forma coordenada, coletiva e integrada, de possíveis problemas aos usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, decorrentes da escassez de recursos hídricos durante o período de estiagem do ano de 2022. O Sr. André também informou os resultados do Plano de Trabalho do GT-Estiagem realizados em 2021, a saber: a) criação de um *slogan* para campanha publicitária "Movimento PCJ pelo uso eficiente da água" e um sub-slogan "A água é de todos e a estiagem também", no qual foi elaborado um vídeo para a televisão e um *hotsite*; b) elaboração de folder digital com informações técnicas e didáticas sobre a situação hídrica das Bacias PCJ; c) elaboração e divulgação de Orientação Técnica (OT) para as Diretorias Estaduais e Secretarias Municipais de Ensino; d) eventos realizados para divulgação dos dados da Sala de Situação PCJ (SS-PCJ) e o Sistema de Declaração de Captações do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) realizado no mês de setembro/2021; e) elaboração e implementação do Plano de Mobilização com eventos realizados no mês de setembro/2021 e em fase de elaboração as cartilhas para os setores usuários; f) boletim informativo digital quinzenal, com nove edições; g) avaliação sobre as possibilidades de financiamento em ações de planejamento na distribuição de recursos para controle de perdas; e h) procedimentos para o compartilhamento de informações sobre as ocorrências, incorporadas na dinâmica de trabalho do GT-Estiagem e das demais Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ. O Sr.

André explanou sobre os dados contidos nos boletins informativos comparando as vazões observadas nos períodos de divulgação em relação à média histórica. Informou sobre a situação das captações municipais para abastecimento público disponibilizadas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo. A minuta de deliberação em discussão estabelece que o GT-Estiagem 2022 manterá suas atribuições e a composição do grupo anteriormente formado pela "Operação de Estiagem PCJ - 2021". Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que explanou sobre a gestão da outorga do Sistema Cantareira, a saber: a) a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017 e Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017 estabelecem as condições de operação do Sistema Cantareira, que é responsável pelo abastecimento de 19 (dezenove) municípios das Bacias PCJ e até 9.000.000 (nove milhões) de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com outorga até 2027; b) o ano hidrológico é dividido entre o período úmido (de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte) e período seco (de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano) - os órgãos gestores pelas descargas do Sistema Cantareira no período úmido são a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), e, no período seco, Comitês PCJ em conjunto com a SABESP e o DAEE; c) o Sistema Cantareira é operado por faixas, restringindo as descargas para a RMSP conforme o volume acumulado; d) apresentou o histórico da prestação de contas para os Comitês PCJ, demonstrando que em 2021 foram realizados 46 (quarenta e seis) comunicados e 82 (oitenta de duas) manobras de abertura e fechamento das comportas dos reservatórios, ajustando e preservando ao máximo os volumes reservados, com o objetivo de uma gestão mais eficiente para garantia das condições de abastecimento e segurança hídrica para todos os usuários do Sistema Cantareira; e) apresentou o histórico do período seco desde 2017 com os vazões e volumes utilizados e disponíveis para as Bacias PCJ, com ênfase para os anos 2020 e 2021, em que houve um maior consumo do volume disponível para as Bacias PCJ; f) demonstrou o crescente aumento das médias de descargas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ no período seco entre os anos de 2017 a 2021 com uma significativa preocupação quanto aos volumes reservados e disponibilidade hídrica; e g) informou os principais desafios quanto ao cenário hídrico e climatológico para os próximos anos. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, o qual parabenizou os trabalhos realizados pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) e pelo Grupo Técnico GT-Estiagem. Informou que o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa "Água é Vida" vem contribuindo com ações para implantação de barragens, perfuração de poços, desassoreamento e recuperação de mananciais. Na sequência, o Sr. Alexandre enfatizou a importância do pleito do município de Piracaia referente a solicitação de desassoreamento de trecho do Rio Cachoeira. Em seguida, o Sr. André complementou informando sobre a ação do Programa "Água é Vida", solicitando para os municípios que ainda não fizeram suas manifestações quanto às demandas relacionadas ao desassoreamento de corpos hídricos e de represas utilizadas para a reservação para abastecimento público, que procurem o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) para que seja feita a priorização dos pleitos. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Stela Dalva Sorgon, representante do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piracaia que parabenizou os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) e enfatizou a importância da execução de obras de desassoreamento dos cursos d'água do município de Piracaia. Na sequência, o Sr. Felipe Gobet de Aguiar, Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (BMT/DAEE), informou que o prazo para o encaminhamento dos pleitos pelos municípios ao DAEE será até o dia 20 de dezembro de 2021. Em seguida e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 401/21, de 10/12/2021, que institui a "Operação de Estiagem PCJ - 2022" no âmbito da CT-PL, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou: **a)** Em 18 de novembro de 2021, o CBH-PCJ (Comitê Paulista) celebrou aniversário de instalação e completou 28 (vinte e oito) anos. O CBH-PCJ (Comitê Paulista) é o mais antigo dos 03 (três) colegiados que compõem os Comitês PCJ. Os outros dois colegiados que integram os Comitês PCJ fizeram aniversário no mês de março, sendo que o PCJ FEDERAL completou 18 anos e o CBH-PJ1 (Comitê Mineiro), completou 13 anos; **b)** Em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, todos os novos membros deverão passar por capacitação. A Deliberação CRH nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão da metodologia de distribuição de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), entrará em vigor a partir de 2022, estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas. A capacitação poderá ser realizada, entre outras

estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponíveis por meio do link (https://capacitacao.ead.unesp.br); **c)** A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo contratou consultoria especializada para a elaboração do 1° Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, com horizonte de 20 (vinte) anos, que estabelecerá diretrizes para os componentes do saneamento básico: abastecimento público, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos. Com vistas à participação do setor, solicitou aos municípios o preenchimento de um questionário, disponível através do link (www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesb-sp/questionario-prefeituras); **d)** O Governo do Estado de São Paulo anunciou, em 07/10/2021, o lançamento do Programa "Água é Vida". Foram previstos investimentos de aproximadamente R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), entre obras de regularização, perfuração de poços, revitalização de rios, ações de preservação de mananciais de abastecimento e aperfeiçoamentos em serviços de saneamento. O Programa será coordenado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e dividido em quatro eixos principais: "Águas Subterrâneas", "Rios Vivos", "Barramentos" e "Cooperação Técnica com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento". O Programa prevê investimentos da ordem de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) nas Bacias PCJ, que incluem a realização de obra de barramento na Bacia do Rio Corumbataí (indicado em estudo financiado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e concluído em 2020) e no Ribeirão Piraí, na Bacia do Rio Jundiaí (previsto no Plano das Bacias PCJ 2020-2035); **e)** A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu, em 13/10/2021, comunicado conjunto, com DAEE (SP), IGAM (MG) e INEA (RJ), sobre a manutenção da transposição do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Jaguari para o reservatório Atibainha. Será mantida, em caráter excepcional e temporário, uma vazão média de 5,13 m^3/s (cinco vírgula treze metros cúbicos por segundo), até 31/12/2021, enquanto o volume útil do Sistema Cantareira estiver inferior a 30% (trinta por cento); **f)** Em 30/11/2021, por videoconferência, foi realizada a 50ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e fez parte das discussões a proposta de Projeto de Lei (PL) que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000". O assunto também foi discutido na 2ª Reunião Ordinária do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBHs) de 2021, realizada em 02/12/2021, onde foi criada uma comissão para elaboração de proposta de manifestação do Fórum sobre o assunto. Em 15/12/2021, o assunto voltará a ser discutido em Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); **g)** Em 14/10/2021 foi realizada a Audiência Pública sobre o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí. O Plano caracterizou as causas das inundações ocorridas nas zonas urbanas dos municípios na calha do Rio Jundiaí e apresentou propostas de ações estruturais e não estruturais para o controle de cheias, a serem implantadas a curto, médio e longo prazos, nas áreas urbanas e rurais, com vistas a reduzir progressivamente a frequência, a intensidade e a gravidade das ocorrências de enchentes; **h)** Em 17/11/2021 foi realizada Assembleia Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas para eleição da nova coordenação do colegiado. A nova coordenação eleita é composta pelos seguintes membros: Coordenador Geral: Luiz Carlos Sousa Silva; Primeiro Coordenador Adjunto: Rodrigo Hajjar Francisco; e Segundo Coordenador Adjunto: Leonice de Souza Lotufo. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Rodrigo Hajjar, representante do Fórum das Américas e Coordenador Adjunto do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que cumprimentou a todos e agradeceu aos Comitês PCJ pelo apoio na referida eleição; **i)** Em 02/12/2021, por videoconferência, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas de 2021. A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ fez uma apresentação sobre os trabalhos realizados entre os Comitês de Bacias Hidrográficas que integram o Grupo da Bacia do Rio Tietê; **j)** Em 16/11/2021, por videoconferência, foi realizada a 9ª Reunião das Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, com a participação de membros do Grupo de CBHs da Bacia do Rio Tietê e diretores das Agências de Bacias. Na ocasião, foi realizada a validação dos Termos de Referências, a saber: i) Plano de Comunicação de operações emergenciais em barragens de grande porte existentes na calha do Rio Tietê, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); ii) Elaboração de serviços de assessoria de imprensa e comunicação digital, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e iii) Elaboração de estudo visando a definição de diretrizes técnicas e estratégias institucionais para subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) da Bacia do Rio Tietê, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O critério de rateio estabelecido para a divisão dos recursos foi, a saber: CBH-AT e CBH-PCJ com 30% e CBH-SMT, CBH-TJ, CBH-TB e CBH-BT com 10%; e **k)** Em 09/12/2021 foi realizada a divulgação do balanço dos Comitês PCJ sobre a situação da estiagem 2021 nas Bacias PCJ. **3.2. Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a

Ata da 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 10/12/2021

palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que que cumprimentou a todos e informou que: **a)** Estão abertos o Edital I – Saneamento e Controle de Perdas Hídricas e o Edital II – Saneamento Rural, ambos com início das inscrições em 12/11/2021. Processo de Seleção - Ato Convocatório de Chamamento Público de Projetos nº 01/2021, na temática de Saneamento, com inscrições abertas em 26/11/2021; **b)** Na sequência, o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou em 16/11/2021 a nota informativa nº 17/2021/CSCOB/SAS, que atualiza os valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Os valores foram atualizados de acordo com o índice IPCA e terão vigência no exercício de 2022 - nas Bacias PCJ, a atualização foi de 10,67% (dez vírgula sessenta e sete por cento); **c)** A revista Gestão das Bacias PCJ é uma publicação anual que objetiva informar os cidadãos das Bacias PCJ sobre a situação da gestão dos recursos hídricos, relatar como têm sido aplicados os recursos provenientes das Cobranças PCJ e quais foram os empreendimentos financiados e concluídos; **d)** Em 29/10/2021, ocorreu no auditório do Museu da Água de Piracicaba, a reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ. Entre os destaques, a posse dos novos membros dos Conselhos, da Diretoria da Agência e as aprovações dos planos de trabalho e do orçamento para o ano de 2022; **e)** Em 05/11/2021, a Fundação Agência das Bacias PCJ completou aniversário de 12 (doze) anos de fundação. **3.3. Membros dos Plenários:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, abriu a palavra aos membros dos plenários para a apresentação de informes: **a)** O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), parabenizou todos os atores e entidades atuantes nos Comitês PCJ pelo trabalho realizado em 2021 e enfatizou sobre a importância de medidas preventivas e de planejamento referente aos impactos promovidos pelas mudanças climáticas e das estiagens prolongadas que afetam a disponibilidade de água em qualidade e quantidade para as Bacias PCJ. **4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, deu por encerrada a reunião.

SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL